

Afixado por rodrigo trancoso - 31/10/06 18:10

Efectivamente, as queixas de todos os agentes educativos, nomeadamente, professores, alunos, pais, auxiliares de acção educativa, são mais que muitas. Estas incidem sobre o aproveitamento, sobre a indisciplina, sobre a estrutura curricular, sobre as infra-estruturas, sobre a inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais, sobre o processo de avaliação, sobre a assiduidade, etc.

Esta plenitude pressupõe que os cidadãos tenham consciência dos seus direitos e deveres e simultaneamente sejam portadores das competências que lhes possibilitem ser elementos activos na construção de uma sociedade mais justa, solidária e humanizada.

Para o efeito, nos últimos trinta anos muitas reformas tem sofrido o sistema educativo. Contudo, verifica-se que a prossecução desse nobre fim afigura-se presentemente cada vez mais difícil, para não dizer utópica.

A institui  o da escolaridade obrigatória até ao 9   ano (fala-se agora em estendê-la até ao 12   ano). Não ponho em causa a bondade dos fins a que se destina esta obrigatoriedade. Contesto sim, o modo como ela    aplicada, nomeadamente através de uma estrutura curricular que desmotiva e revolta muitos dos alunos. Por outro lado, nessa estrutura   curricular não podemos descurar as competências que são essenciais para os alunos posteriormente conseguirem singrar no mercado de trabalho. Surge assim o problema: como conciliar os currículos, de forma a que simultaneamente estes sejam atractivos para os alunos e propiciem-lhes também as competências que os permitam integrar-se numa profissão que os realize? Os currículos alternativos têm sido um caminho adoptado para esse fim. Mas pergunto: os resultados têm sido satisfatórios? As escolas são dotadas das infra-estruturas necessárias para proporcionar uma forma  o efectivamente profissionalizante? Estarão a ser sensibilizadas e apoiadas de forma conveniente as empresas para neste domínio colaborarem activamente com as escolas, nomeadamente na elabora  o dos currículos, na realiza  o de estágios, na forma  o técnica dos professores? Sinceramente, tenho muitas d  vidas quanto a isto. Não esqueçamos que a grande maioria dos empresários ainda padece de uma grande carência de pensamento estratégico. Logo, muitos deles só se predispõem a colaborar com as escolas se, dessa colabora  o, tirarem proventos imediatos. Não pensam que dessa colabora  o, estão a contribuir para que no futuro, existam no mercado candidatos a profissionais mais competentes, com inevitáveis consequências positivas na qualidade dos recursos humanos das empresas. Fa  so referência a este aspecto, porque já fui testemunha de uma situa  o em que uma iniciativa lúdico-didáctica promovida por uma empresa, foi inviabilizada porque, para o efeito, teria de ser publicitado o produto que essa empresa disponibilizava. Se queremos que o sector empresarial colabore com a escola, não pode esta adoptar atitudes deste tipo face    quele.

Na sequência desta ainda desadequada revisão da estrutura curricular e da obrigatoriedade de frequência da escola, verifica-se que muitos alunos evidenciam a sua revolta, através da indisciplina. Os professores vêm-se totalmente impotentes para lhe pôr cobro. Desde logo, as punições pedagógicas, na prática, quando são aplicadas, não são efectivamente percebidas como tal pelos alunos. Por outro lado, os entraves burocráticos à realização dos processos disciplinares são de tal ordem, que entre a ocorrência do comportamento que suscitou o processo e o momento da aplicação da sanção, decorrem por vezes, dois, três ou quatro meses. Este aspecto, incute nos alunos prevaricadores o sentimento de que o crime compensa. E neste interregno, mantém-se a indisciplina, a qual provoca desmotivação e frustração no professor, acarretando esse facto prejuízo para todos os alunos interessados e motivados.

Que soluções são então: preconizo que se acabe com a escolaridade obrigatória. O Estado não tem de facultar no ensino público, uma maior diversidade curricular, elaborada em estreita colaboração com as empresas e associações profissionais, no sentido de quem quiser, encontrar na escola um meio de realizar os seus anseios. Se assim for, uma das grandes causas da indisciplina estará já debelada. Por outro lado, o facto de a escolaridade já não ser obrigatória, fará com que os alunos que continuem indisciplinados, sem motivo para tal, sejam efectivamente punidos, sem continuarem a prejudicar os demais. Criem-se as condições para que as comissões de protecção de jovens e crianças em risco tenham um representante em cada escola, no sentido de este actuar em tempo útil. Invista-se na criação de centros educativos concelhios que alberguem as crianças que por razões exteriores à escola, não conseguem se integrar no meio escolar.

Este aspecto da punição, remete para outra situação aberrante: o facto de as faltas dentro da escolaridade obrigatória serem sancionadas para efeitos estatísticos. Que valores e consciência cívica estamos a inculcar e construir na mente dos alunos com essa medida? Faltem vontade, que nada vos acontece, é isso?

Depois, quando chegam ao mercado de trabalho, esses alunos que viram sempre as suas faltas não ter nenhuma consequência directa, viram-se contra os seus patrões, por estes serem muito rigorosos e exigentes e nada permissivos no aspecto da assiduidade.

Prossigo, reportando-me agora à questão da avaliação. Esta assume crescentemente contornos facilitistas e laxistas. Daqui resulta inevitavelmente cidadãos mais impreparados e menos produtivos. Os critérios de avaliação têm de ser os mesmos pelos quais se regem os recrutadores no mercado de trabalho: o candidato sabe e é capaz de desempenhar as funções que o cargo a preencher exige? Se sim, é recrutado. Se não sabe ou não é capaz, não é recrutado.

empresários não querem saber quais os motivos que levam o candidato a ter essas limitações. Querem só recrutar os mais competentes. É perfeitamente legítima esta postura, pois é o seu investimento que está em causa, o risco é dos empresários. Perante esta situação, os candidatos acabam por se revoltar contra a escola, pois esta em vez de os preparar para a selva que é o mundo laboral, enveredou por um caminho onde os conteúdos programáticos foram adaptados às características do aluno, descurando-se deste modo o que ele tinha mesmo de saber fazer.

Chegados aqui, levanta-se a questão dos alunos com NEE. Estes, efectivamente dadas as suas naturais e por vezes irreversíveis limitações, têm de ter um currículo adaptado.

Não devem também ser alvo de exclusão. Logo, como promover a sua inclusão, numa turma dita normal? Simples: Apostar na criação e formação de um corpo docente devidamente habilitado para lidar com estes alunos no seio da aula. Nas turmas em que existissem alunos nesta situação, as aulas seriam ministradas por um par pedagógico, sendo que um dos elementos do par, seria um professor dessa disciplina, com formação específica na área das NEE. Deste modo, estes alunos estariam perfeitamente integrados nas turmas e simultaneamente os alunos ditos normais não veriam o seu processo de aprendizagem retardado pela atenção que um só professor inevitavelmente teria que dar aos alunos com NEE.

Posteriormente, o Estado tem a obrigação de absorver e recrutar estes alunos, quando o sector empresarial privado não o fizer.

Julgo, que a adopção efectiva de algumas destas medidas acarretar, nalguns casos a curto e noutros a médio prazo, melhorias significativas e reais nos nobres objectivos a que se propõe a Educação: Formação de Plena Cidadãos, aptos a exercerem uma efectiva cidadania, activos e produtivos na edificação de uma Sociedade digna desse nome!

Rodrigo Trancoso

Re:Propostas "politicamente incorrectas"!

Afixado por Maria Goreti - 04/11/06 00:11

Não vou propriamente responder ao colega, vou antes emitir, também, opiniões pessoais sobre os assuntos expostos. A escolaridade obrigatória para além do 6º ano só é boa para quem está interessado, vou dar a minha opinião.

Concordo que é bom termos a escolaridade obrigatória, mas temos que reconhecer que ela só é uma medida boa para quem está disposto a trabalhar, e quer trabalhar (sem ser remunerado!). Sim, pois para mim a andar na escola é ter um trabalho, e duro! Se assim não fosse não existiria a profissão "Estudante"! Só que, como em todos os sectores de actividade, há os bons e os maus trabalhadores: nos sectores que não é a escola, o patrão pode despedir o funcionário por não cumprimento de deveres profissionais, e na escola o que se faz? Adia-se o despedimento dos que não fazem nada, em prejuízo dos que querem fazer alguma coisa! Penso que só quem não quer ver é que ainda não descobriu que a escolaridade obrigatória prolongada só interessa a muito poucos (pais!), e a muitos dos que a querem nem sequer é para que os seus educandos trabalhem, mas para que estejam entretidos e à guarda de alguém, com uma agravante, mesmo que não trabalhem cobram no final, à escola, e aos professores.... querem falsos sucessos, querem doutores a qualquer custo, todos licenciados, todos com nota acima de 15 (desconhecem que só é de 0 a 20).... E o sistema está a fazer-lhes a vontade! A escola está a vergar-se à mediocridade, à corrupção, à irresponsabilidade, está a dizer aos alunos "façam o que quiserem que passam de qualquer maneira! faltando ou não, sendo pontuais ou não, trabalhando ou não...." Não é para isso que apontam todas e mais algumas propostas de recuperação de alunos??? Os cursos de Educação e Formação tal como estão a ser ministrados?.... Para as estatísticas dizerem que temos um País de alta percentagem de escolarizados?

Poderá algum País vingar com uma educação não normativa????? Onde cada um faz o que quer? Onde tudo é permitido? Onde se nivela por baixo, prejudicando o avanço dos bons e que querem fazer mais?

Pois.... Acabe-se com a escolaridade obrigatória para além do 6º ano, deixem os alunos que rompem as cadeiras nos bancos da escola sem trabalhar (e não querem lá estar, e só perturbam os outros, não trabalham nem deixam trabalhar quem quer) ir iniciar uma aprendizagem pela vida prática. Se a escola cumprir a sua função, eles terão aprendido a ler, escrever e contar bem (o que deve ser feito até ao 4º/6º ano) e depois...

Quantos pais não teriam mais sucesso na educação dos seus filhos se, logo que revelam desinteresse pela escola, os deixassem iniciar uma actividade? Em algumas escolas, obrigar os alunos a frequentar é abrir-lhes as portas de entrada na droga e outros vícios, na violência, na criminalidade... que o trabalho não bem saberia fechar! Só o trabalho educa, e a escola só educa se for um local de trabalho, e neste momento não é!!!! (é para uma minoria!!!) Temos que chamar as coisas pelos nomes: escola permissiva, sem regras, sem estabelecer normas de conduta, onde cada qual faz o que quer, na hora que quer, onde ser assíduo e pontual caiu em desuso, não educa nem prepara para nada a não ser para a incompetência, irresponsabilidade, malandrice... não prepara para a vida! A vida vai ser muito dura para os actuais utilizadores das nossas escolas, pois ela não os prepara, e está a enganar-lhes, o que é mais grave! Deixem os encarregados de educação que assim o entenderem colocar os seus educandos, que declaradamente nada dão na escola, a trabalhar (depois de aprenderem a ler, escrever e contar bem), a prender um ofício, uma arte pela vida prática... Teremos a certeza de que se um dia quiserem voltar à escola, a não respeitar mais, e respeitar mais o trabalho dos outros. Durante o tempo que terão estado envolvidos em algum trabalho pelo menos aprenderam alguma coisa, e na escola não aprenderiam nada.

Crie-se um bom sistema de reconhecimento de competências adquiridas pela via prática e activa, e teremos técnicos, em vários ramos de actividade, muito mais capazes que qualquer aluno formado nos bancos da escola que é essencialmente teórica.

Já vou longa, voltarei um dia

Goreti

=====